
083ª SESSÃO ORDINÁRIA – 22SET2014**(Texto com revisão final.)**

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra.

O Sr. Bernardino Vendruscolo (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos para que possamos, logo após a Tribuna Popular, entrar no período de Comunicações. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Bernardino Vendruscolo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.^a Fernanda Melchionna solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 22 de setembro a 5 de outubro de 2014. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

A Mesa declara empossado o Ver. João Ezequiel, que integrará a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, em função da impossibilidade de o Suplente, Ver. Prof. Alex Fraga, assumir a Vereança.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do Estado do Rio Grande do Sul, que tratará de assunto relativo a trabalho desenvolvido pela entidade. O Sr. Antônio Edisson Peres, Presidente, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. ANTONIO EDISSON PERES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a Direção do Sindicato dos Radialistas agradece à presidência da Mesa e agradece ao

Ver. Pedro Ruas por esta possibilidade. Cumprimentamos todos os Vereadores e cumprimentamos todos os partidos que fazem desta Casa a sua pluralidade.

Ontem, 21 de setembro, foi o Dia do Radialista. A nossa profissão tem uma importante missão, que é informar, que é fornecer à sociedade e à comunidade as questões diárias que as envolvem. Só que, realmente, nós não somos reconhecidos pela classe patronal. Estamos com 52 anos de fundação do nosso sindicato, com companheiros trabalhando e sendo merecedores de toda responsabilidade, e a classe patronal, até hoje, não respeita esta categoria. Por isso pedimos este período de Tribuna Popular para que os Srs. Vereadores nos acompanhem nesta luta.

Em novembro é a nossa data-base, para a qual já iniciamos a campanha salarial. A empresa que detém o monopólio, no Rio Grande do Sul, é a RBS, que nós chamamos de rede de baixos salários, porque ela sempre puxa para baixo a questão salarial dos trabalhadores, e quem diz isso é um funcionário da RBS. Hoje nós temos dados que de todos os trabalhadores da RBS – e repito, que chamamos de rede de baixos salários –, 79% deles ganham até três salários mínimos. É essa a questão que nos envolve e que nos traz aqui, para que esta Casa, que é democrática, nos ajude nessa luta.

Outra questão é que assumimos a direção do Sindicato em agosto, estamos com “n” problemas de pessoas sem registro profissional. Nós temos a Lei nº 6.615, que diz que para ser radialista tem que ter o registro profissional; para um médico fazer uma cirurgia, tem que ter o registro, e no nosso caso não é diferente. Mas algumas empresas e alguns trabalhadores continuam achando que entrar pela porta dos fundos é o melhor. Nós não concordamos com isso. Nós já nos reunimos com a Polícia Federal, com o Ministério Público; agora, dia 7, temos uma reunião com a Polícia Civil, por que isso? Porque todos sabem que o exercício ilegal da profissão é crime, e é isso que nós, como direção, queremos mostrar à sociedade, à comunidade e principalmente aos radialistas, inclusive aos radialistas aqui da Rádio Web que, amanhã ou depois, com certeza, serão sócios do sindicato. Nós queremos mostrar a eles que nós não viemos para brincar, nós não fomos eleitos com 95% dos votos para apenas brincar com essa classe trabalhadora, que é muito responsável, que é a classe dos radialistas. Para isso nós vamos encaminhar pedidos à Polícia Federal para que, através do Ministério Público e da Polícia Civil, abra inquéritos contra as empresas que continuam achando que radialista pode ser qualquer pessoa. Não tem nenhum preconceito, como essa direção também não quer fazer reserva

de mercado, nós não queremos isso; nós queremos que a Lei nº 6.615 seja cumprida e a categoria dos radialistas respeitada. É isso que a maioria das empresas comandadas pela rede de baixos salários – RBS – faz com que qualquer pessoa. Repito: não tem nenhum preconceito, mas para assumir um microfone, uma mesa de áudio ou uma câmera, tem que ser por profissionais habilitados para isso. É essa a missão do Sindicato dos Radialistas, e é essa missão que está aqui no nosso dia a dia. Caros companheiros, Ricardo Malheiros, Diretor do Sindicato dos Radialistas, a nossa jornalista Ione, que nós estamos tentando ver se essa categoria tenha um pouco de dignidade, já que a classe patronal não faz por isso. Encerrando este discurso, quero agradecer a todos os senhores que nos prestigiaram neste Dia do Radialista. Quero dizer para vocês que o Sindicato dos Radialistas está à disposição de vocês. Todos os senhores sabem da missão que tem a imprensa, de informar e não manipular. O Sindicato está localizado na rua Barão de Tefé, nº 252, no bairro Menino Deus, à disposição dos senhores e a todos que queiram que esta categoria seja respeitada. Mais uma vez, quero dizer que os radialistas serão respeitados, porque esta direção vem para fazer o enfrentamento ao capital, à classe patronal e com a RBS – a RBS manipula todos os números. Queremos o apoio de todos os senhores! Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Convido o Presidente, Sr. Antonio Edisson Peres, a fazer parte da Mesa.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PEDRO RUAS: Vereador Mauro Pinheiro, que preside esta Sessão; meu caro Presidente Caverna – o Presidente é conhecido e reconhecido por Caverna, a verdadeira lenda viva do radialismo gaúcho e brasileiro; meu amigo Ricardo Malheiros, Diretor do Sindicato dos Radialistas; prezada jornalista Ione; Vereadoras, Vereadores; público que nos assiste neste momento, o que traz aqui o Presidente do Sindicato dos Radialistas, o Caverna, meu caro Ver. João Ezequiel, é da maior relevância. Eu sou advogado de trabalhadores, Caverna, há 37 anos, e o que observei, ao longo da minha vida profissional e ao longo dos estudos que fiz, é que a evolução da humanidade, no que tange às profissões, é sempre na busca do aperfeiçoamento, da especialização, do conhecimento

e, portanto, da regulamentação. Nós tínhamos no mundo inteiro e no Brasil, particularmente, no século XIX, pessoas sem diploma algum, formação alguma e tinham uma tendência, gostavam de ajudar as pessoas. Nós tivemos durante anos no Brasil a figura do rábula, Ver. Bernardino Vendruscolo. Rábula era aquela figura que conhecia o direito, as leis, mas não tinha diploma de Direito, meu caro Ver. Delegado Cleiton. Nós tivemos, durante anos, figuras e figuras de profissionais que não tinham a regulamentação porque não havia qualquer formação específica e especial possível. No caso dos radialistas, existem os cursos. Eu conheço o da Feplam. Há vários cursos de formação. E não é possível que o ouvinte do rádio, que é uma considerável parte da nossa população, fique à mercê apenas do interesse empresarial de quem detém a concessão do canal de rádio, não é possível! Nós temos que ter, por um lado, a proteção, sim, do trabalhador e da trabalhadora que fez a sua formação específica e, por outro lado, a consideração com o público ouvinte. Não é por ser famoso em uma área “x” ou “y” que o sujeito pode se tornar automaticamente radialista, ou *cameraman*, ou operador de áudio. Não é assim que funciona! Há que haver, sim, um preparo específico, há que haver uma qualificação. Nós sabemos dessa necessidade para o comando de um programa, por exemplo. O Dia dos Radialistas, comemorado, na verdade, em 21 de setembro, nos remete, nos traz a necessidade de rediscutir esse tema. Esse tema é necessário e atinge e importa a todos nós. De uma maneira ou de outra todos nós conhecemos essa situação de perto, trabalhamos com os veículos de comunicação, e eu considero, meu caro Caverna, meu caro Malheiros, minha prezada Ione, uma honra que vocês tenham vindo aqui trazer esse problema da ausência de cumprimento da lei. Mas trazem mais: trazem, também, o problema gravíssimo do aviltamento da profissão pelo baixo salário. E essa é uma questão, que mesmo que não passe diretamente pela Câmara Municipal, Ver. João Ezequiel, Ver. Reginaldo Pujol, atinge, sim, a dignidade de todos nós, porque aquele comunicador que não receber um salário justo pelo seu trabalho, não o fará com o mesmo entusiasmo que teria se fosse reconhecido pelo patronato e pela sociedade. Por isso, Presidente Caverna, concluo aqui em nome do PSOL, em meu nome e do Ver. João Ezequiel, dizendo que contem conosco, não apenas com o PSOL, mas com esta Casa, que é sensível, sim, a um apelo dessa natureza. Seja sempre bem-vindo. Esta luta também é nossa. Um abraço. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, quero aproveitar este período curto de que dispomos, mas suficiente para que eu transfira ao Antonio Edison Peres, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do Estado do Rio Grande do Sul, meus cumprimentos pelo trabalho desenvolvido, especialmente pela luta pela regulamentação, pela abertura democrática do processo, do qual, de certa forma participei, na medida em que no século passado, veja bem, no milênio passado, num determinado momento, senti a necessidade de fazer um pequeno curso na Fundação Educacional Padre Landell de Moura, e hoje tenho registrado na minha carteira de trabalho a habilitação como radialista, entrevistador e comentarista. Como não tenho atuado na área, não há condições nem tempo para tanto, eu não me encontro hoje registrado no sindicato, mas isso não me faz insensível a um trabalho bem feito, bem orientado que vem sendo desenvolvido, e tem a minha solidariedade. Como democrata e como liberal, poderia apontar algumas restrições, mas não as faço dentro da realidade brasileira: se todas as categorias podem se organizar da forma como se organizam e reivindicar em favor da sua atividade, por que não os radialistas? Se a outros é dada essa possibilidade, com muito mais razão aos radialistas, àqueles que labutam nos meios de comunicação da Cidade, no rádio, na televisão, enfim, seus associados, ter uma forte representação, uma bela representação e uma grande luta, com a qual quero me solidarizar na pessoa de grande Líder e grande presidente. Meus parabéns. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. João Ezequiel está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. JOÃO EZEQUIEL: Boa tarde Presidente Mauro Pinheiro, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras aqui presentes, e Presidente do Sindicato dos Radialistas, Sr. Antonio Edison Peres, conhecido como Caverna. Eu quero dizer aqui pelo PSOL, e o Pedro Ruas já abordou de forma bastante abrangente tudo o que a gente pensa em relação ao

tema que o senhor traz aqui. Eu, como sindicalista, não podia me furtar de vir aqui prestar solidariedade à sua causa, e dizer que é uma grande coragem o senhor vir a público dizer que uma empresa poderosíssima como a RBS está, vou dizer aqui o termo, sacaneando os profissionais dessa área. Quero dizer que nós somos solidários, quero saudar toda a direção desse Sindicato e dizer que eu sou sindicalista e estaremos também nessa luta. Eu sou técnico de enfermagem, e é inadmissível que qualquer técnico de enfermagem, enfermeiro ou médico cumpra sua atividade sem ter o seu registro profissional. E nessa área não pode ser diferente. Nós estamos em 2014, sabemos que há um avanço em todas as áreas. Já houve o tempo que, inclusive na Saúde, inclusive no Direito e em outras áreas, os profissionais podiam trabalhar sem registro. Agora, a modernidade está aí, então temos que cobrar que haja, sim, registro dos profissionais e que as empresas que atuam nessa área tenham, sim, que empregar profissionais qualificados, com registro e, ao contrário do que faz a RBS, pagar melhores salários valorizando a profissão. Muito obrigado e um grande abraço!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. JUSSARA CONY: Falo em meu nome e em nome do Ver. Maroni. Antonio Edison Peres, Presidente atual do Sindicato; tantos outros já passaram por aquela entidade com lutas históricas. Sobre o apelido Caverna, eu conversava com o Pedro Ruas e dizia: em quantas cavernas nós transformamos a história no momento em que nos botavam em guetos pelos interesses contrários à própria evolução da humanidade. Então, acho que é bem simbólico. Os apelidos são interessantes. Pela minha origem guarani, nós, indígenas, o nome é o nosso espírito nomeado, e o nosso apelido é o que guia pela vida a depender de quem nos deu. Eu acho que o teu é muito simbólico. Eu achei interessante a rede dos baixos salários, a primeira questão trazida aqui, e essa é a função do sindicato. Minha origem é sindicalista da categoria farmacêutica, histórica, de momentos bem mais difíceis do que os que vivemos hoje, mas ainda tendo muito que avançar e conquistar no nosso País. Se uma empresa de comunicação, que detém um monopólio em todo Brasil e com as suas sucursais, paga um salário baixo, naturalmente

ela puxa para baixo, é o que rebaixa. Ela rebaixa o salário de todos os trabalhadores de todas as categorias. Então, essa luta do Sindicato é estratégica para dignidade salarial de todos; acho que esse é o primeiro ponto. O segundo ponto é o significado do comunicador. Quando ele tem postura, quando ele é um sindicalista... Porque vai além da informação. A informação pode deformar ou formar e aí entra o papel do sindicato e o papel de vocês: formar para o debate de ideias e para as transformações. Tu me permites homenagear a todos, através de um grande comunicador, grande formador no debate de ideias e lutador, com o qual eu militei desde a época da legalidade, que foi o Lauro Hagemann, que foi o locutor da Legalidade, foi Vereador nesta Casa, fomos Vereadores juntos, e eu acho que soma a figura do Lauro naquele que comunica, informa, vai para o debate de ideias e transforma a sociedade. Ele, inclusive, foi o primeiro presidente do Sindicato. Então eu acho que a figura do Lauro é simbólica para todos nós. Por fim, cito esta luta histórica da regulamentação da profissão. Eu venho da turma que, desde o diretório, depois nas entidades sindicais, consegui regulamentar nossa profissão farmacêutica, mas não basta regulamentar. A regulamentação é estratégica para outras conquistas como, por exemplo, nós, da Saúde, estamos hoje na luta pelas 30 horas semanais unificadas para todas as categorias, sem hegemonia. Porque é nessa unificação que nós podemos dar um salto para cumprir nosso papel na construção do SUS e na construção de políticas públicas de qualidade para a saúde da população. Parabéns, a tua presença aqui é importante, fiz um pouco esse resgate porque eu sou testemunha de ser proibida de estar em determinados meios de comunicação e tu sabes disso, porque, muitas vezes, vocês, lá na ponta, recebem: esse não entra, aquele não entra. E, para dar um bom exemplo, eu fui banida de um meio de comunicação porque disseram que eu fazia como o Brizola: perguntavam uma coisa, eu respondia o que eu queria. Naturalmente eu respondo pela minha ideologia e pela minha política o que eu quero, porque nenhum ser humano tem que se submeter a interesses, ainda mais de monopólios. Parabéns!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. MÔNICA LEAL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu falo em meu nome e em nome dos Vereadores João Nedel, Guilherme Socias Villela e Kevin Krieger, da Bancada do Partido Progressista; eu entendo a sua manifestação, Antonio, a luta diária de vocês como justa, por melhores salários, por melhores condições. Como jornalista, quero lhe dizer que o rádio é o meu veículo de comunicação preferido pela sua instantaneidade – a notícia chega na hora –, pelo seu fácil transporte, enfim, por todas as possibilidades que nós temos de escutar essa notícia naquele momento. Eu, cada vez que falo em rádio... Já fiz rádio; durante algum tempo, quando não era Vereadora, eu trabalhei no rádio, coloquei um programa no ar, às 6 da manhã, todos os dias, e fui fazer esse curso na Feplam. Fiquei extremamente contente que me solicitaram essa qualificação naquela época, porque sei muito bem da importância, da seriedade, da responsabilidade que tem um radialista em colocar, em proferir uma palavra através de uma rádio. Então, eu quero lhe dar os parabéns em nome da minha bancada e dizer que essa é uma luta, sem dúvida nenhuma, que estamos abraçando junto com vocês. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. SOFIA CAVEDON: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu, mesmo não tendo podido escutar o teu pronunciamento, porque uma agenda me tirou do início da Sessão, conheço a pauta, a veemência e a luta que representas em nome do Sindicato. Nós estamos perfilados pela democratização da mídia neste Brasil. Entendemos que as capitânicas hereditárias, originalmente dividindo territórios, permanecem neste País através das concessões concentradas, da falta de limites e de regras que possibilitem a pluralidade de opinião, da veiculação de opinião e, portanto, da formação da opinião pública brasileira. Acrescente-se a isso esse tema, que já é muito perverso para a democracia, e o País, para enfrentar todos os seus problemas, os problemas continentais, entre eles, o da segurança, que a gente tem debatido muito... Nós sabemos que a mídia brasileira tem uma responsabilidade enorme sobre isso e não tem nenhum compromisso. A mídia brasileira, na forma concentrada, é absolutamente

dependente e subserviente da lógica de formação de consumidores e da lógica de reprodução do capital. Portanto, ela é completamente suspeita. Quando o senhor traz aqui o tema da exploração dos trabalhadores, do não respeito à categoria profissional, do não respeito à formação específica, da exploração salarial, agrega-se outro problema muito grave, muito grande: enquanto o Brasil evolui para ganhos reais dos trabalhadores, para aumento de empregos, nós temos essas duas dimensões extremamente perversas da comunicação no Brasil. Então, a pauta de vocês é extremamente justa. O tema da democratização da mídia é estratégico, assim como a reforma política para a instalação plena da República neste País. Nós defendemos como caminho para isso não só a normatização, a regra, mas o fortalecimento da comunicação pública brasileira: a possibilidade de uma mídia livre da indução do mercado, controlada pelo cidadão, a participação cidadã nas concessões, nas programações, nos conselhos – nós defendemos os conselhos de comunicação em todas as esferas.

Presidente, parabéns pela sua luta, nos somamos, seguimos essa luta! Que essas eleições sejam mais um momento para que se possa fazer reflexão para o papel lamentavelmente explorador e perverso que tem a grande mídia neste Brasil. Toda a força aos trabalhadores do jornalismo, do rádio e da televisão!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, e, depois, prossegue em Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu não vou chamá-lo pelo apelido porque eu não tenho essa intimidade com Vossa Senhoria. Eu quero cumprimentá-lo, primeiro, pela coragem, acho que esse é o caminho. Nós temos que expor a nossa indignação, porque é obrigação. E V. Sa. faz muito bem, quero cumprimentá-lo por isso. Quero lhe dizer também que, normalmente, quando procuro um restaurante, é muito mais pelo garçom que atende do que pela fachada, pela estrutura; muitas vezes, sintonizo o rádio de acordo com o programa e o profissional que lá está, esquecendo a questão da emissora. O caminho, para mim, é dar

mais valor ao profissional do que à empresa, à emissora; me prendo mais ao trabalho do profissional do que ao da emissora. Então, que lhe cumprimentar muito por isso.

Aqui eu tenho debatido nos últimos tempos e quero lhe dizer também que eu não consegui entender ainda essa tal de liberdade de imprensa. Eu vejo aqui seguidamente um profissional, um jornalista, está quase todos os dias aqui. Mas vêm outros aqui, e eu prometi que não vou cessar – o Ver. Pedro Ruas já sabe do que eu vou falar. Nós aprovamos, nesta casa, um projeto de minha autoria, todos os Vereadores votaram, que reduzia os tributos das empresas de locação de mão de obra, e não saiu uma notinha! Nós aprovamos um projeto de minha autoria, os Vereadores votaram, e o Prefeito vetou, que trata de estabelecer um representante da OAB nas JARIs. Pois o Prefeito vetou e mandou um decreto contemplando a minha proposta. E eu não vi nenhum veículo falar dessa forma para que a população ficasse informada. Eu vou permanecer até esquecer, acho que vai ser difícil esquecer, Ver. Pedro Ruas; eu vou ficar falando, enquanto tiver oportunidade vou ficar falando, porque esse é o instrumento que eu tenho.

Então, quero cumprimentar o senhor pela coragem e dizer aos senhores profissionais do rádio que este é o caminho: nós temos que enfrentar as grandes redes porque o problema deve estar por aí. Esses privilégios de concessões... e não é só no meio da radiodifusão: é no transporte, nas questões dos lotações de Porto Alegre, nas empresas de ônibus, e por aí vai. Nós precisamos enfrentar essas questões. E essas questões são muito “lincadas” com a reforma política – com a reforma política! –, vamos nos ater nisso.

Na sequência, agora, em Liderança, meu prezado Presidente; hoje pela manhã, mais uma vez, os moradores do Alto Teresópolis me ligam e me pedem: “Por favor, Bernardino, veja o que é possível fazer por nós aqui, especialmente, nós da Rua Orfanotrófio.” Na frente da Rede Pampa, da UniRitter, uma faculdade, uma baita de uma estrutura, uma comunidade, só ali tem 992 apartamentos – eu falo porque fui o primeiro síndico lá, então, sei bem a quantidade de pessoas que ali mora –, e não se consegue desviar outras linhas de ônibus da Zona Sul para atender melhor àquela comunidade, Presidente. As pessoas, no horário do pico, são socadas dentro dos ônibus como se... eu nem vou dizer “animais”, porque, com os animais, hoje, não é permitido. O que será que os senhores que representam o Executivo, que conhecem os problemas da Cidade podem fazer para me ajudar, para essa gente resolver fazer alguma coisa, para a EPTC ser mais propositiva, para se preocupar mais com as multas... Tem que multar, mas não podem ficar

escondidos, sabem disso, essa é a minha tese: multem, mas não fiquem escondidos, porque quem se esconde só para multar só quer arrecadar! Será que a EPTC não pode, não tem como resolver? Desviar outras linhas de ônibus, de lotação para atender melhor àquela população do Alto Teresópolis? Será que é tão difícil assim?

Eu estava agora querendo dizer – e me dei conta a tempo – que só animais irracionais poderiam... Não, hoje não, hoje não mais! Até porque os animais irracionais hoje estão com muitos direitos. Nós até aprovamos uma Secretaria aqui nesta Casa para cuidar dos animais em Porto Alegre. Só que... Eu vou tentar mostrar uma foto aqui de uma casa lá na Vidal de Negreiros, nº 271. (Mostra fotografia.) A pessoa tem mais de cem cães dentro de casa! Numa casinha de oito por seis, tem mais de cem cães! O que aconteceu, Ver.^a Lourdes Sprenger? A Prefeitura foi notificada, tem uma decisão judicial que determinou um prazo que expira agora, no dia 25 de setembro. Serão R\$ 500,00 de multa por dia se não derem uma solução para aquele caso. E está certa a juíza, nós criamos uma Secretaria nesta Casa para cuidar dos animais! Aí precisa um juiz determinar um prazo de 180 dias, e, depois de expirado o prazo, dizer que vão pagar R\$ 500,00, por dia, de multa, caso não façam a retirada desses animais da residência dessa senhora. E, sinceramente, precisaríamos observar melhor até as suas próprias condições, porque quem coloca mais de cem animais dentro de casa também precisa ter um acompanhamento disso. Porque não está certo isso, não está certo!

Olhem, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu não imaginei que pudesse estar fechando dez anos como Vereador desta Capital vindo aqui implorar por coisas tão evidentes como um transporte coletivo digno e o cuidado decente dos animais, os quais foram motivo para que se criasse uma Secretaria para isso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, e, depois, prossegue em Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nosso dirigente sindical, Antonio Peres, o Caverna, uma grande liderança dos sindicalistas do rádio, meio no qual tenho os meus amigos, o Sérgio Reis e o Fernando Moura, pessoas que muito me ajudam e que muito têm nos ajudado por aí. E quero dizer que essa luta

que vocês travam é uma luta de Dom Quixote, pois a nossa mídia, na verdade, fica dependente de uma empresa; nós, que andamos por todos os rincões do nosso Rio Grande, vemos a rede SAT de comunicações interferindo nas redes do Interior do nosso Estado, tirando, muitas vezes, o horário nobre dos radialistas, que poderiam estar levando informações até as suas cidades, por meio das produções locais. Antigamente, era só o esporte que entrava, mas hoje em dia já entram as notícias. O que interessa para uma pessoa de Santana do Livramento, de Lagoa Vermelha, de Passo Fundo, as notícias de Porto Alegre? Geralmente, são notícias que interessam a um bairro só, ou seja, não são notícias de grande repercussão. Então, eu queria dizer que estamos juntos nessa luta com vocês. E quero fazer coro aqui ao Ver. Bernardino Vendruscolo: quando há alguma notícia ruim do meio político, a grande mídia, meu Deus do céu, faz um estardalhaço! Mas, aí, quando o negócio não é bem assim, some a notícia, quando esta Casa, quando as outras Casas – a Assembleia Legislativa e o Congresso Nacional – aprovam leis de interesse popular, aprovam leis que ajudam as pessoas – e, muitas vezes, o próprio Executivo não coloca em prática –, a gente não vê essa grande mídia que proíbe os seus profissionais de darem as notícias certas. E isso o povo inteiro sabe! Só não consegue pautar notícia ao vivo, mas pauta os seus profissionais a não darem a notícia certa. Só que isso a grande mídia não divulga. Por exemplo, como já foi dito aqui, quando esta Casa aprovou, no final do ano, mais de 52 leis de interesse popular, como a lei que inclui banheiros nos finais das linhas dos ônibus, Ver.^a Jussara Cony! Outro exemplo: esta Casa aprovou, no final do ano passado, Ver.^a Sofia Cavedon, brinquedos para deficientes nas escolas; Ver. Bernardino Vendruscolo, esta Casa aprovou, e, depois, foi vetado e ficou por isso mesmo. Mais um exemplo: esta Casa aprovou, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a abertura dos postos de saúde em Porto Alegre, um em cada Região do OP, até às 22h. E nós estamos entrando na primavera e até agora nenhum posto abriu! Mas os donos da mídia, que pautam os seus profissionais, não noticiam isso! Tenho certeza que qualquer radialista, qualquer jornalista de Porto Alegre, que já tenha feito várias matérias, de manhã cedo, nas filas dos postos de saúde, deve ter visto, neste final de semana, os postos de saúde que estão fechados, mas foram pautados para que não saíssem essas notícias. Só que tem uma lei, aprovada por esta Casa, dizendo que os postos de saúde em Porto Alegre fiquem abertos até às 22h.

Então, eu quero me somar a vários membros desta Casa que vieram a esta tribuna, hoje, e dizer que estamos juntos com vocês nesta guerra de Dom Quixote, e tenho certeza de que, com a luta dos trabalhadores unidos, usando a tribuna desta Casa do Povo, as tribunas da Assembleia Legislativa, Ver. Pedro Ruas, as tribunas do Congresso Nacional, as ruas da Cidade, os microfones das rádios e da TV, nós vamos fazer uma nova política. Nós acreditamos que vamos alcançar um espaço realmente democrático. Como o Ver. Bernardino Vendruscolo mesmo disse aqui, não pode uma pessoa ter cem cachorros dentro de uma casa e uma Secretaria que trata do assunto achar isso normal. Não pode! Nós não podemos ter 500 mil leis que tratam da questão do trânsito e ter essa Cidade engarrafada; nós não podemos ver uma empresa monopolizar a mídia no nosso Estado, escravizando os profissionais, sejam eles radialistas, comunicadores, com a imagem de um ou dois, dizendo que todos um dia alcançarão aquele *status*, se a gente sabe que isso não é verdade. Nós temos, hoje em dia, um ou outro que consegue chegar aos padrões do Eike Batista, do Fausto Silva. Ao contrário, as pessoas têm dado muito duro na vida, porque, hoje em dia, a nossa empresa de telecomunicações no Brasil é um monopólio, como disse a Sofia, é uma capitania hereditária, e nós temos que acabar com isso. Essa mídia tem que ser voltada para o povo, tem que ser transparente, tem que ser uma mídia que, realmente, mostre a verdade e não somente a desgraça e a tragédia. Ou seja, que mostre as coisas boas que tem, principalmente, na política, e não só o lado ruim da política. A mídia não mostra o que os políticos fazem diariamente para melhorar a vida das pessoas na área da educação, na área da saúde, da mobilidade, não mostra que, muitas vezes, nós doamos parte de nossas vidas que poderia ser dedicada às nossas famílias para melhorar a vida das pessoas.

Mas nós acreditamos que a nossa união, independente de Partidos, credos, raça ou religião, vai fazer a boa política com força, fé e esperança. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Agradecemos a presença do Sr. Antonio Edison Peres, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do Estado do Rio Grande do Sul. Também queremos, em nome da Câmara de Vereadores, parabenizar a todos os profissionais desta área. E dizer que aqui, na nossa Câmara, também nós temos dois radialistas: a Andréia Bueno e o Joel Ferreira. Então,

pág. 13

em nome do Joel e da Andréia, bem como do nosso Radialista aqui presente, o Antonio, parabenizamos a todos os radialistas do nosso Brasil.

Queremos também dizer que o nosso Presidente, o Professor Garcia, infelizmente, fez uma cirurgia no pé e não está presente, mas, atento da sua casa, acompanha a Sessão plenária e nos telefonou para que mandássemos um abraço ao seu amigo radialista Antonio, o Caverna. E também manda um abraço a todos os Vereadores desta Casa.

Mais uma vez, parabéns aos radialistas, parabéns, Antonio, e conte com esta Casa democrática para sempre trazer suas ideias, suas questões, para que nós possamos ajudar os radialistas. Muito obrigado. (Palmas.)

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é dedicado a homenagear o Dia Internacional da Paz, nos termos do Requerimento nº 081/14, de autoria do Ver. Bernardino Vendruscolo. Convidamos para compor a Mesa o Sr. Jorge Wolnei Gomes, Embaixador da Paz.

O Ver. Bernardino Vendruscolo, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, quero cumprimentar o nosso Embaixador da Paz, o Dr. Jorge Wolnei Gomes, o Mesquita e os demais que o acompanham aqui. Acho que nós aqui nesta Casa, hoje, estamos dispostos mais a ouvi-lo, Wolnei, do que a falar. Mas, eu que lhe conheço, pessoalmente quero fazer o registro da dedicação do seu trabalho, representando a Embaixada da Paz no Rio Grande do Sul, especialmente em Porto Alegre. Gostaria de dizer ao senhor que muito nos orgulha a amizade que gozamos e o trabalho que vem desenvolvendo. Eu acho muito oportuno que se tenha essa conversa hoje, porque estamos vendo no dia a dia, no mundo inteiro, no Rio Grande do Sul e no Brasil inteiro, onde não temos as questões de guerra, questões de crimes contra a pessoa, questões de racismo, questões de falta de atenção às casas prisionais, e também, um maior rigor, por outro lado, com os próprios presos. Os que deveriam estar na cadeia, não estão – nós sabemos que, no Brasil, vai para a cadeia quem não tem dinheiro, ao contrário de países que não fazem distinções quanto à

questão do poderio econômico. Aqui no Brasil nós não podemos esquecer que existe essa questão prática. É muito comum o pessoal dizer: “vai para a cadeia ladrão de galinha; os grandes não vão”.

Na questão da paz – quando tratamos sobre questões de guerra, a questão maior –, no Brasil ainda estamos vivendo um momento mais tranquilo, se considerarmos os outros países, que estão muitos preocupados, alguns até incentivando a guerra. Por outro lado, um dos assuntos em pauta, que é uma guerra, para o qual precisamos nos unir – os Estados do mundo inteiro, os países do mundo todo: segurarmos esse vírus ebola, que está atingindo mais especificamente a África. Mas, neste momento, estamos mais interessados em ouvi-lo para sabermos quais os projetos que estão pela frente, os trabalhos que vão desenvolver. Dessa forma, Wolnei, eu até estava preparado para ouvi-lo primeiro, mas em razão da mudança do nosso Regimento, a fala é primeiro dos Vereadores, depois do palestrante. Quero dizer, Wolnei, ainda que tenhamos uma certa paz aparente, há poucos dias vieram alguns representantes do Exército, cujo lema é: “Nos preparamos para a guerra, para mantermos a paz”. Eu acho que essa união das questões das entidades que representam a paz no mundo todo, essa divulgação constante e a conscientização para que se valorize a questão pacífica, são de suma importância porque não podemos ver um outro caminho, a não ser o da conscientização dos jovens nos colégios, nas faculdades, enfim, em todos os bancos escolares, mostrar o quanto é importante gozar deste momento de paz. No Brasil, a última questão problemática foi a 2ª Guerra Mundial, mas o País passou por praticamente todas as grandes guerras.

Quero cumprimentá-lo efusivamente por este momento, acho maravilhoso o trabalho que o senhor desenvolve, juntamente com o seu pessoal Obreiros da Fraternidade. Obrigado, (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Sr. Jorge Luiz Wolnei Gomes, Embaixador da Paz, está com a palavra.

O SR. JORGE WOLNEI GOMES: Boa tarde a todos. Primeiramente eu gostaria de saudar o Presidente da Câmara de Vereadores, Professor Garcia; o Ver. Mauro Pinheiro, que hoje o substitui; e todos os presentes, em especial, o Ver. Bernardino Vendruscolo,

que, por fruto de sua aguçada sensibilidade e reconhecida responsabilidade social, apresentou o PLL nº 180/14, instituindo o dia 21 de setembro como o Dia Mundial da Paz no Município de Porto Alegre.

Srs. Vereadores, na condição que ocupo, hoje, de Embaixador da Paz, pelo Circulo Universal dos Embaixadores da Paz, cuja sede fica em Genebra, Suíça, desde a minha investidura, estive promovendo a inserção da cultura da paz, sendo essa uma das metas do milênio, buscando ações práticas para sua construção na sociedade brasileira.

Não posso deixar de reconhecer que vivemos tempos difíceis, encurralados pela intolerância, pela desigualdade, pelos conflitos entre homens, isso em Porto Alegre e no mundo inteiro. Entretanto, jamais podemos perder a esperança, sequer deixar de acreditar, sobretudo de pessoalmente contribuir para a construção de uma sociedade melhor e de um mundo mais justo. Nós sempre dissemos que o pensamento é o pai nas nossas manifestações.

A ONU Brasil tem uma frase que simboliza a nossa presença hoje aqui, que muito nos orgulha e que é uma semente que vamos deixar hoje neste plenário para todos os Vereadores; e diz que uma vez que as guerras começam na mente dos homens; é a na mente dos homens que as defesas de paz devem ser construídas.

Precisamos de iniciativas como essa. Mais do que uma data no calendário, trata-se de uma marca do nosso comprometimento, o compromisso do porto-alegrense com o ideário de paz promovido pela ONU.

Convido o Ver. Bernardino Vendruscolo para receber a Bandeira da Paz, da ONU, para que ela possa marcar a nossa presença aqui. Ver. Bernardino, por meio da representação do Círculo Universal dos Embaixadores da Paz, um sincero agradecimento, simbolizado por esta Bandeira da Paz, que lhe será entregue no Plenário.

Para finalizar, Srs. Vereadores, com o voto de todos os senhores, esperamos poder comemorar a data de 21 de setembro nas escolas, praças, centros culturais, movimentos gaúchos, como sendo o Dia Mundial da Paz, no Município de Porto Alegre, já a partir de 2015. É muito importante que nós consigamos, através da arte e da cultura, fazer com que nossas crianças, os nossos jovens tenham esse pensamento e essa virtude da paz desenvolvida a partir das escolas. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadores, Srs. Vereadores, irmão Jorge Wolnei Gomes, eu pedi para usar o tempo de Liderança para falar da importância que o senhor representa aqui nesse Requerimento, de autoria Ver. Bernardino Vendruscolo. Nesses tempos, nesses dias em que nós estamos enfrentando problemas de paz no mundo todo e, muitas vezes, até nas nossas casas, estamos enfrentando um problema muito sério de drogas, estamos enfrentando problemas de epidemias, como o ebola, na África. Podem me perguntar o que tem a ver isso com a paz? Tudo a ver com a paz! Tudo a ver com a paz!

Então, querido Jorge, eu queria te dizer que a tua missão é muito importante, a tua dedicação para falar da paz. Nós temos o nosso grande Ver. João Antonio Dib que expõe na lapela a palavra paz. São três letras apenas, mas representa muito: desde a paz no coração, a paz na família, a paz na sociedade e a paz entre os povos. Falar de paz é sempre uma coisa muito nobre. Dedicar-se, como tu te dedicas a falar dessa missão, é mais importante ainda! Então, eu queria, em nome da nossa Bancada – da Ver.^a Lourdes Sprenger, do Ver. Pablo Mendes Ribeiro, do Ver. Valter Nagelstein e deste Vereador –, dizer que o PMDB desta Casa se congratula contigo, com o Ver. Bernardino Vendruscolo, que apresentou esse Requerimento, mas, principalmente, quero exaltar o teu compromisso de levar a falar de paz em todos os setores que estamos. Muito obrigado por esse trabalho nobre, sério, um trabalho feito com a tua alma e dos homens de boa vontade.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, todos que nos assistem; quero cumprimentar o Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, e parabenizar o Embaixador da Paz, Dr. Jorge Wolnei Gomes. Eu, na minha vida, sempre vejo a paz em todos os sentidos. Eu sempre lutei por essa paz: no esporte, como jogador,

depois, no trabalho nas periferias, nas vilas, tentando mostrar o caminho da paz, o caminho do respeito perante os nossos irmãos. E, agora, está muito forte o racismo, o preconceito, não só o preconceito racial, mas em todos os sentidos, mostrando que nós temos que buscar essa paz. Esses preconceitos são ferramentas que tiram a paz. Nós temos que buscar e tentar fazer com que essa paz comece lá embaixo: nas escolas, nas periferias, nos bairros, na Cidade e no País, para conseguirmos conquistar a paz de viver como irmãos aqui na Terra – conquista que todos nós queremos e desejamos. Queremos uma paz sem preconceito, sem racismo, sem violência, uma paz pura. Eu sei do seu empenho em buscar essa paz e tem aqui um aliado do PSD, que é este Vereador. Eu estou aqui também plantando a semente dessa paz; essa semente que se transformará em uma grande árvore para os nossos filhos e netos. Paz é deixar um mundo melhor para os nossos filhos e netos. A paz que queremos viver é a de andar na rua, de ir a um estádio de futebol, de ir a um cinema, de caminhar tranquilamente e cumprimentarmos uns aos outros, porque, perante Deus, somos todos iguais. Deus só quer que nós vivamos em paz. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Bernardino Vendruscolo: Sr. Presidente, quero registrar as presenças do Luiz Mesquita, Luis Antonio Ribeiro, Cezar Rosa, Luiz Barrionuevo, Guilherme Spilade Costa, Cleber Pinto e Osvaldo Lacerda que acompanham o Dr. Jorge Wolnei Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Estimados colegas, muito boa tarde a todos e a todas, desejando uma ótima semana de trabalho; Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, meu colega do Partido dos Trabalhadores; saúdo aqui, de forma muito carinhosa, nosso Embaixador da Paz, Dr. Jorge Wolnei Gomes e a todos os que o acompanham. Não poderia deixar de me manifestar aqui no espaço. É interessante que eu tenha pegado o tempo de oposição, porque, na verdade, não é de oposição a nada o que eu vou falar: vou falar de paz. Eu não poderia deixar de me manifestar, Dr. Jorge, hoje, no Dia Internacional da Paz, pela ONU, porque essa é a bandeira que eu escolhi – ou ela me

escolheu, não sei muito bem – na minha carreira profissional e política. O nome que nós damos a isso publicamente é Segurança pública, mas sob uma outra ótica. Eu sempre destaquei, para aqueles a quem fui pedir o voto de confiança ou explicar os projetos, que a nossa concepção é um pouco diferente do que a concepção hegemônica que a nossa sociedade brasileira vem reproduzindo, e, por que não dizer, a própria sociedade mundial. Uma frase que já virou até um jargão: “Olho por olho, e o mundo acabará cego” – não sei se foi de Gandhi, não importa o autor. Nós estamos no caminho errado, a nossa sociedade está doente pela violência, e não é com mais violência que vamos vencer a violência. Não é aumentando o número de encarcerados que vamos sair em algum lugar. Nós precisamos enfrentar esse assunto.

O pacifista é um corajoso, pois se ergue nos momentos onde há hegemonia; a maioria da sociedade se ergue em armas, se ergue em vozes irracionais, muitas vezes com discursos aparentemente racionais. Essa foi a triste história da humanidade no século XX: todas as grandes nações da humanidade – as culturas mais desenvolvidas – pegaram em armas e se dizimaram. Dizimaram a sua população. Dizimaram mais de 150 milhões de seres humanos por discursos racionais em nome do Estado, do desenvolvimento, de uma determinada raça, de uma determinada cultura, porque o outro atacou primeiro. E assim a humanidade – esse bicho que nós somos – se ergue de forma incrivelmente terrível contra o seu próprio semelhante, em discursos que o Zaffaroni chama de discursos justificadores dos massacres. São discursos que vão se reproduzindo por dentro da sociedade sem que nós nos demos conta. Todas as sociedades têm essa manifestação. E são discursos que vão permeando o senso comum para neutralizar as pessoas e legitimar os massacres daqueles que têm o poder, independente da sociedade. Seja o poder de uma determinada cultura, em nome de uma religião, em nome do dinheiro, não importa; estou falando da sociedade humana como ela se organiza. E esses que detêm o poder promovem massacres. Essa é a tristeza do desígnio da humanidade e contra a qual os pacifistas se erguem. É muito fácil, tendo em vista uma sociedade tomada pelo medo, que nós estamos vivendo, não só fruto dos problemas do nosso País, mas fruto da pós-modernidade, fruto da hegemonia do consumismo, da velocidade, da desagregação, do hiperindividualismo. Essa humanidade hoje quer ver o outro preso, quer ver o outro longe. O próprio Brasil tem seguido esse caminho. Ou nós mudamos o paradigma, ou a violência vai continuar crescendo no nosso País.

Nós temos um milhão de servidores na Segurança pública no Brasil. Eles são grandes lutadores, mas a sociedade está pedindo a eles algo que não está funcionando. Muito mais do que armas, nós temos que ensinar os nossos policiais a darem um abraço, a transmitirem o carinho, a construírem as relações da sociedade daquela comunidade. Esse é o outro paradigma que nós temos que ter coragem.

Eu vejo aqui, muitas vezes, o discurso fácil. Pacifista aparentemente todos somos, mas na prática da mudança da cultura é onde se faz a diferença e se decide que sociedade nós queremos.

Então, é um dia de reflexão. E, concluo, Presidente, nunca na história recente a humanidade teve um número tão grande de pessoas fora do seu País. São 60 milhões de refugiados. Nós estamos vivendo, Ver. Bernardino Vendruscolo – e aqui o parabenizo de forma muito especial por este momento aqui na nossa Câmara –, um momento de profunda reflexão, porque, como disse Gandhi, se for olho por olho, a humanidade e o nosso País acabarão cegos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Agradecemos a presença do Sr. Jorge Wolnei Gomes, Embaixador da Paz. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h31min.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): (15h33min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. A Ver.^a Any Ortiz está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente.

O Sr. João Carlos Nedel (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Maria Tavares, fundadora do Patronato Lima Drummond, falecida em 21 de setembro aos 102 anos de idade. Ela fundou essa instituição para o acolhimento dos presidiários.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. João Ezequiel está com a palavra em Comunicações.

O SR. JOÃO EZEQUIEL: Boa tarde, Presidente Mauro Pinheiro; boa tarde aos Vereadores e às Vereadoras aqui presentes; boa tarde a todos os servidores da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Hoje iniciamos a Sessão com dois temas de extrema relevância e que devem ser debatidos com toda a sociedade. Nós tivemos hoje, na abertura, a Tribuna Popular com o Sindicato dos Profissionais de Rádio, tivemos também uma homenagem ao Dia Internacional da Paz, tivemos um debate trazendo a questão da atuação da mídia como tema. E houve aqui, de forma veemente, uma denúncia do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Estado do Rio Grande do Sul, o Sr. Antonio Edison Peres. E eu queria complementar essa denúncia e dizer – principalmente a quem está em casa nos assistindo pela TV Câmara – que tivemos uma abertura na democracia, tivemos conquistas democráticas importantes neste País, só que essas conquistas democráticas não foram conquistadas do nada. Essas conquistas democráticas foram conquistadas a partir de muito sangue e suor daqueles que, lá no passado, lutaram inclusive contra uma tirania que existia no País, e todos sabem que foi o período da ditadura. Houve avanços na democracia brasileira, com certeza. Tanto que este Parlamento e os demais estão abertos. Hoje temos em funcionamento diversos sindicatos no País inteiro, inclusive sindicatos dos serviços públicos, como é o caso aqui em Porto Alegre do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre.

Mas é necessário dizer que nós não vivemos ainda uma democracia real. Nós temos que dizer isso. Você que está em casa precisa observar que hoje vivemos uma democracia dos ricos, uma democracia daqueles que têm o poder econômico. Observem, por exemplo, a diferença que existe no horário eleitoral para cada candidato. O senhor e a senhora que estão em casa e vocês que estão aqui na tribuna nos assistindo: já pararam para pensar por que razão um candidato tem cinco minutos para falar e outro candidato tem 40 segundos, 50 segundos? Já pararam para se perguntar sobre isso? Por que isso ocorre? É porque nós ainda não vivemos uma democracia real neste País. A democracia

que nós vivemos ainda é frágil; ela tem que ser defendida, e nós vamos defendê-la, mas é preciso aprofundar a democracia para que nós cheguemos a uma democracia real. É preciso que todos os candidatos, no horário eleitoral, tenham o mesmo tempo; e por que não? Eu pergunto: por que não? E pergunto a este Parlamento: por que essa diferença? Por que nós vivemos uma democracia ainda primária?

Vejam vocês que, quando a população pobre procura um hospital para ser atendida, precisando de um especialista, muitas vezes não consegue, porque não existem especialistas em número suficiente para atender toda a população. Agora, quem tem dinheiro procura um hospital privado e vai ter, sim, um especialista à sua disposição. Quero aqui fazer esta reflexão e dizer que precisamos avançar muito mais na democracia. É preciso que todos os Vereadores, todos os Deputados, seja na Assembleia, seja na Câmara Federal, e Senadores façam, sim, cumprir a democracia real no Brasil. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Mario Fraga está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações e, depois, prossegue em Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, neste meu período de Comunicações – e eu solicitaria ao Presidente que já fosse seguido de uma Comunicação de Líder do Partido dos Trabalhadores –, eu gostaria de falar um pouco do que é a nova Fundação Piratini, a nossa Fundação Pública de Rádio e Televisão que completa, neste ano, 40 anos de TVE e 25 anos de Rádio FM Cultura. Portanto é uma história que está na vida do povo gaúcho, na formação da identidade do povo gaúcho e com a grande prioridade da veiculação da cultura deste Estado e do diálogo da cultura deste Estado com o País.

Ora, a nossa Fundação Piratini passou momentos de graves conturbações. Nós tivemos um período, no Governo anterior, em que ela praticamente não tinha condições de fazer gravações ao vivo, tamanha a falta de pessoal, a falta de prioridade de realizar um concurso público, de manter uma equipe técnica. Nós vivemos quase o desalojamento do prédio da Fundação Piratini, tradicional prédio da TVE, aquele lá no Morro Santa Tereza,

porque o Governo do Estado não tinha interesse em negociar com o Governo Federal. Tivemos riscos seriíssimos de perder o patrimônio cultural que a Fundação Piratini preserva, das gravações de todos esses anos dos seus programas, dos acervos de programas culturais, dos acervos musicais, dos acervos de entrevistas de toda ordem, dos personagens da história do Rio Grande do Sul; não tinha mais condições de preservação. E vejam vocês que nós já tivemos quarenta retransmissoras no Estado do Rio Grande do Sul, e, quando a recebemos, no início do Governo Tarso, apenas cinco, Ver. João Ezequiel, funcionavam. Portanto, a capacidade de retransmissão era perto de zero. E nós entregamos o Troféu Câmara de Porto Alegre, na sexta-feira, à Fundação Piratini por essa história, pela sua história de resistência, pela nossa convicção de que o fortalecimento da comunicação pública é essencial para que a democracia se realize plenamente num País, porque a comunicação pública é livre do financiamento privado, do financiamento econômico e do financiamento de quem quer vender através das ondas do rádio e da televisão. A Fundação Piratini é financiada pelo povo brasileiro para veicular, de fato, programas educativos, para garantir a manifestação de quem não tem como pagar; portanto, a manifestação das culturas dos excluídos, das culturas minoritárias, das manifestações culturais populares. Homenageamos essa função educativa, essa função de valorização da cultura e também celebramos a mudança do tratamento que essa Fundação Piratini, que a nossa TVE, a nossa Rádio FM Cultura receberam nos últimos anos. E o investimento total na Fundação vai chegar, agora em 2014, a R\$ 14 milhões. O sinal da TVE alcança hoje 7,5 milhões de espectadores potenciais, é a segunda emissora em cobertura no Rio Grande do Sul. Foram reativadas 40 retransmissoras da TVE, saltando, em quatro anos, de cinco para 40 retransmissoras. Vocês imaginem o que era a despotencialização desse importante instrumento em poucos anos. Também a Rádio FM Cultura já chega a 70 cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre, totalizando 4 milhões de gaúchos. Considero este tema estratégico e penso que seja algo que valorizamos pouco. Assim como talvez havia uma intenção de o governo anterior de privatizar, transformar em OSCIP ou fechar a Fundação Piratini, assim como fez com a Emater e outras empresas públicas – com a Fundação, imaginem a função estratégica que ela cumpre.

Quero falar aqui para os alunos, para os estudantes Lucas e Tiago, da Escola Estadual Paula Soares, que estão fazendo uma entrevista muito inteligente e instigadora.

Conversávamos sobre o problema da violência e do preconceito, da homofobia que ainda persiste no nosso País, da importância estratégica de canais de comunicações públicos potentes para enfrentar essas questões que não garantem direitos. Nesse sentido, eu quero chamar a atenção: houve uma qualificação de programação na TVE e da FM Cultura. Nos últimos três anos, a TVE ampliou a programação diária: são 20 horas por dia no ar, das quais seis têm produção própria e oito têm parcerias locais – nós não chegávamos a 20 horas de programação, nós não tínhamos capacidade de fazer programas ao vivo! Foram vários programas que tinham sido desativados e que agora foram retomados, como o premiado TVE Repórter. A parceria com a TV Brasil possibilita uma programação de muita qualidade. Chamam a atenção os programas novos, como o *Hip-Hop* de Rua, que é um programa do movimento social, do movimento *hip-hop*, e o programa Nação, que trata da pluralidade étnica, transmitido pela TV Brasil. Não apenas nós transmitimos programas da TV Brasil de alta qualidade como alguns são transmitidos lá. Hoje, a nossa TVE consegue fazer coberturas como o Festival de Gramado, como a Feira do Livro, como a Expointer, ao vivo, lá do local, coisa que não existia mais; sequer o carro da TVE, da Fundação Cultural Piratini se movimentava.

Para falar de algumas mudanças na programação e na FM Cultura, acho que é importante ressaltar o quanto a FM Cultura retomou o jornalismo. É um jornalismo vivo, ligado ao cotidiano, um jornalismo que valoriza repórteres novos, que valoriza programas novos, como o Café Cultura, de manhã, como o FM Cultura Informa, como o Repórter Brasil e todas essas programações de qualidade que nós acompanhamos e só encontramos, infelizmente, na FM 107.7. Quem quer ouvir um bom *jazz*, quem quer ouvir uma boa música popular brasileira, é nessa rádio que encontra. Esta é a sua diferença da rádio pública ou comercial, que precisa trabalhar com o que já é popular, e, infelizmente, não é de tanta qualidade.

Quero dizer que tudo isso foi possível porque houve uma valorização, primeiro, do conselho deliberativo – que esteve nesta Casa, durante o Governo anterior, pedindo socorro porque sequer era ouvido –, portanto, da participação da sociedade civil na Fundação Piratini. Houve contratação, regularização do prédio da EBC, houve a contratação de 59 funcionários temporários em 2012, e, agora, o concurso público para a TVE e FM Cultura, a votação na Assembleia Legislativa, a elaboração com os

funcionários do novo plano de empregos, funções e salários. Hoje a gente tem quadro de carreira, qualidade, valorização dos profissionais permanentes.

Eu quero encerrar dizendo que nos orgulhamos, portanto, da trajetória da Fundação Piratini, que esta Casa homenageou. Quero agradecer aos nobres Pares por terem votado na concessão do Troféu Câmara de Porto Alegre, e eu tenho certeza que nós cumprimos uma função estratégica e estamos trabalhando pela democracia, pela cidadania e pelos direitos com a Fundação Piratini valorizada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO CONCEIÇÃO: Boa tarde a todos os presentes; boa tarde àqueles que nos assistem; queria saudar o nosso Presidente Mauro Pinheiro, os Vereadores aqui presentes, o meu colega Delegado Cleiton da Polícia Civil e também o nosso Líder, Ver. Reginaldo Pujol; saudar também o Ver. João Ezequiel, meu vizinho de bairro e uma grande parcela da Igreja Evangélica da qual obtive voto e apoio para estar aqui e também aqueles que trabalham e militam na causa da recuperação de dependentes químicos.

É com muita alegria que estamos tomando posse nesta tarde e ser uma voz combativa com relação à violência e à dependência química na cidade de Porto Alegre. Queria me manifestar porque esta foi uma promessa de campanha aos taxistas, com quem também tenho trabalhado e que me apoiaram para chegar aqui. Neste final de semana, andando com eles e presenciando algumas barreiras policiais ali no Harmonia, pude testemunhar o abuso de autoridade exercida pelo bloco e pela caneta de multas da EPTC contra essa classe de trabalhadores aqui na cidade de Porto Alegre – um desrespeito com os taxistas! Também observei a questão das barreiras policiais aqui em Porto Alegre, onde temos aproximadamente 4 mil táxis e 8 mil trabalhadores do volante – uma classe de trabalhadores que move a Cidade. Temos um trânsito caótico onde esses trabalhadores dirigem por 12 horas – não no papel, mas de forma real –, trabalhando num trânsito onde é impossível transitar com tranquilidade. É um trabalho tenso, desgastante, e esses trabalhadores têm sido, de toda forma, oprimidos, pressionados, desrespeitados por um órgão fiscalizador que deveria prestar uma melhor condição de trabalho para eles, mas

que os perseguem, os desrespeitam. E digo isso não por ouvir falar; pude ver, também por parte da Brigada Militar, que quando faz a abordagem, faz somente ao motorista. Em vez de revistar os passageiros que estão presentes, não, revistam só os motoristas, como se eles é que fossem os marginais, como se eles é que fossem os suspeitos de alguma coisa.

Então, eu queria registrar neste momento que acho extremamente equivocada essa postura da Brigada, o desrespeito com que os taxistas têm sido vitimados aqui na cidade de Porto Alegre. Agradeço a oportunidade, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Vereadores, Vereadoras, pessoas que nos assistem pela TVCâmara; confesso a vocês que hoje não estava nos meus planos vir a esta tribuna para fazer algum pronunciamento. Mas, como me considero filha de bom soldado, não posso ver injustiças proferidas ou descabros como os que ouvi há pouco aqui da Ver.^a Sofia Cavedon, fazendo um discurso sobre as maravilhas da TVE, da Cultura, como se isso tivesse sido feito apenas nesta gestão! Ora, o que o PT está usufruindo agora tem um nome: a minha gestão! A gestão da Mônica Leal, que foi Secretária e colocou em ordem aquela casa, que devia R\$ 14 milhões! Quando eu assumi a Secretaria da Cultura, a primeira visita que fiz foi ao Tribunal de Contas do Estado para perguntar ao Dr. Sandro Pires – na época, o Presidente – e para o Dr. César Miola, que era do Ministério Público – cargo que hoje ocupa o Dr. Geraldo da Camino –, o que estava errado naquela Secretaria e como devia ser feito o certo. Sabem o que ele me disse: “Fechar a LIC, a Lei Estadual de Incentivo à Cultura, que tem uma dívida de R\$ 14 milhões deixada por outros governos!” Ora, senhores, eu recém-Secretária, sabia muito bem que, se fechasse a LIC, os Municípios não teriam seus eventos efetuados. E, quando acontece um evento cultural num Município, não é apenas o evento, é todo um leque, é a economia que se movimenta: é o posto de gasolina, que vende combustível; é o restaurante, que vende alimento; é o hotel, que hospeda; é o pipoqueiro, que vende pipoca, ou seja: eu não poderia fazer isso! Pedi, então, ao Dr. Sandro Pires que me

concedesse um ano para pagar aquela dívida. Confesso que não sabia como ia pagar, mas eu tinha dado o meu nome, a minha palavra. Eu me reuni com os meus, com a minha equipe valorosa, e mapeei o Estado do Rio Grande do Sul de forma que eu soubesse em que meses havia mais eventos neste Estado – eu não poderia fazer com que eles não acontecessem – e em que meses não havia. E aí eu pagaria a Lei de Incentivo à Cultura, o passivo, em 12 meses. No dia 12 de dezembro esta Secretária pagou R\$ 14 milhões, recebendo os cumprimentos do Tribunal de Contas do Estado.

Esta Secretária foi a Secretária que tirou a Cultura de um imóvel, onde se pagava R\$ 21 mil de aluguel, e levou para um prédio do Estado. Alguém aqui falou nisso? O PT fala isso? O PT tirou a Secretaria da Cultura de algum imóvel que pagava aluguel? Não! Na Praça dos Poderes, o pessoal da Cultura achou um horror isso! “Que feio, é tão bonito ficar na Praça dos Poderes!” Mas pode alguém pagar um aluguel de R\$ 21 mil mais uma despesa, totalizando R\$ 40 mil, com guardas, com estrutura, tendo um gasto de meio milhão por ano? Ora! Dinheiro público, nós temos que ter rigor. Foi essa gestão que eu fiz dentro da Secretaria. Claro que desagradei a muitos conchavos, a movimentos, mas eu não estava nem aí para isso! O importante é o rigor com o dinheiro público.

E sobre a TVE, senhores, as ações da Fundação Cultural Piratini foram direcionadas para dar maior competitividade à TVE e à FM Cultura. Para isso, se buscou mais qualidade, variedade, visibilidade à programação, visando a atrair mais audiência e, também, geração de receita através de anunciantes, apoiadores culturais, público privado e parcerias na produção de conteúdo. Os resultados foram bastante estimulantes, e foi atingida uma marca histórica para a TVE: pela primeira vez, as produções locais passaram a dominar a programação. Até então, a predominância era da TV Cultura de São Paulo. Sabiam disso? Não, não sabiam! Parece que a TVE e a Cultura do Rio Grande do Sul nasceu pelas mãos do PT! Também sabiam que o Fundo de Apoio à Cultura, quem implementou fui eu, a minha gestão? Hoje a Cultura usufrui disso porque eu deixei pronto. Ora! Eu poderia aqui... Eu tenho um dossiê pronto, porque eu sabia que o PT ia vir com isso no final da campanha. (Mostra dossiê.) Esse dossiê já foi entregue, inclusive, a várias pessoas para prevenir qualquer tentativa de desmontar um trabalho de quatro anos, que foi sério, dedicado e comprometido com o rigor do dinheiro público. Está aqui, é só falar. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo da Ver.^a Lourdes Sprenger.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; antes de mais nada, o meu agradecimento a Ver.^a Lourdes Sprenger, que me concede a possibilidade de falar em Grande Expediente no dia de hoje, dia no qual eu tenho três fortes razões para ocupar a tribuna. A primeira delas é, por óbvio, saudar o meu colega, Cláudio Conceição, que vem fortalecer a nossa Bancada ainda que temporariamente, mas num prenúncio do que será, muito breve, de forma definitiva. O Conceição sabe muito bem do apreço que tenho por ele e da certeza de que, salvo coisas muito positivas que possam ocorrer na sua vida, entre as quais ser convocado para ir para a Assembleia Legislativa do Estado, o seu futuro é breve estar conosco aqui na Câmara Municipal.

De outro lado, Sr. Presidente, quero, inclusive na presença do nosso querido Ver. Bernardino Vendruscolo e do Ver. Delegado Cleiton, ambos tradicionalistas da melhor qualidade, dizer do meu júbilo, da minha satisfação com o êxito da programação da Semana Farroupilha em Porto Alegre, muito especialmente do acampamento nativista, onde a presença de ambos, tanto do Bernardino como do Delegado Cleiton, se fez notar nos seus respectivos piquetes. Pessoalmente, tenho essa alegria redobrada na medida em que vejo que dela participou intensamente um jovem que já trabalhou nesta Casa, na minha assessoria, o Giovani Osório Tubino, que é um dedicado, é um trabalhador que tem muito a ver com o que está sendo decantado na Cidade como o melhor dos acampamentos nativistas ocorridos ao longo da história de suas realizações.

Finalmente, Sr. Presidente, um assunto bem menos ameno, que não é de regozijo e em que, de certa forma, eu contrário a maioria desta Casa e, quiçá, a maioria da população da Cidade. Ver. Cláudio Conceição, hoje está sendo muito festejada a publicação do edital de licitação para o transporte coletivo na cidade de Porto Alegre. Eu, particularmente, não participo desses festejos porque entendo que nós estamos

perdendo, aqui no Município, uma grande oportunidade de enfrentar o problema na sua real situação, especialmente no seu grande fundamento e na grande etapa a ser transposta. Eu não acredito que a licitação vai ser a panaceia que todos indicam, esperam ser, superando todas as dificuldades que o transporte coletivo vem apresentando na Cidade, como de resto apresenta em todo o Brasil.

Eu quero aproveitar o ensejo para dizer, com conhecimento de causa, que o transporte coletivo da cidade de Porto Alegre foi, até bem pouco tempo, o melhor do Brasil, e que hoje é um dos melhores, por situações que alteraram sua condição no momento presente. Mas, de qualquer sorte, Sr. Presidente, acho que o problema maior do transporte coletivo brasileiro, que se acentua aqui em Porto Alegre, é a forma de financiamento da sua realização. Ocorre que, ao longo do tempo, a sociedade brasileira, através das suas representações, na maioria das vezes pela via legal adequada, introduziu, nos dispositivos legais e constitucionais que fazia, a política do chamado bem-estar, que muitos hoje estão dizendo que é a política do bonzinho, Ver. Cecchim, pela qual o Poder Público acumula determinados segmentos da sociedade com algumas vantagens, com alguns benefícios, muitos dos quais justificados, mas pagos de forma inadequada. Hoje, Prefeito Villela, mais acentuado do que na sua época, na nossa época, a forma de financiamento do transporte coletivo em Porto Alegre está entregue exclusivamente ao usuário do transporte coletivo, que paga, em última instância, todos os benefícios que a bondade dos legisladores e do Prefeito possam, ao longo do tempo, ter oferecido. Hoje, sabidamente, meu querido Cláudio Conceição, aproximadamente 30% do custo da tarifa é decorrência dos benefícios que são concedidos. Benefícios que – repito – são justos, tipo a não cobrança de tarifa dos idosos, que, por legislação federal, é assegurada a todos aqueles que têm idade superior a 65 anos e, por legislação municipal, é concedida inclusive para aqueles outros que têm idade superior a 60 anos – único caso no Brasil. Isso é correto? Isso é adequado? Eu acho que é um benefício dado à maioria da população que contribuiu durante toda a sua vida, com seu esforço, com seu trabalho para chegar aonde chegaram – se justifica! O que não se justifica é o legislador federal votar lei, conceder o benefício e esquecer de estabelecer quem é que vai pagar por esse benefício! E o benefício, no fim, reverter nas costas do usuário do transporte coletivo que, normalmente, é pessoa de baixa renda e que, em muitos casos, está pagando a passagem daquele outro que tem uma renda maior do que a dele na sua aposentadoria.

Então o enfrentamento dessa questão, Ver. Brasinha, é o grande desafio que se tem hoje na sociedade brasileira. Em licitações, em discursos, em novas legislações, tudo isso contorna o problema. Ora, sabidamente, qualquer atividade econômica tem os seus custos, e esses, inclusive, por obrigação constitucional, devem ser cobertos ora pelo Poder Público, indiretamente, quando ele faz a exploração, ora com a devida indenização daqueles que têm essa atividade delegada pelo Poder Público concedente. Em ambos os casos, isso não vem ocorrendo, quem paga a isenção da tarifa do funcionário da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Ver. Villela, é o pobre, que não ganha o que ele ganha. Sabe quem paga a tarifa do seu colega policial isento, do brigadiano isento? É o usuário! Então esse sistema é injusto, e eu posso dizer mais, é cruel. Inclusive é tão cruel, que há bem pouco tempo pagava imposto, inclusive, para o Município. O Município dava com uma mão e tirava com a outra. Hoje o transporte coletivo, a empresa gerida pelo próprio Município comprova toda essa minha afirmativa. E o Município injeta, mês após mês, a título de aumento de capital na Companhia Carris valores que, segundo constam, superam R\$ 2 bilhões por mês para financiar o custo da sua operação. Hoje o Município deixou, renunciou, através de lei municipal que nós aprovamos, nós, o Governo, até contrariando as vozes da oposição, a redução e a eliminação da cobrança do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza que, em nível de 3%, era pago pelas empresas até o momento em que foi dada a absorção por parte desse fato. Isso ia para a tarifa, porque empresário nenhum paga imposto. Ele recolhe imposto do contribuinte, recolhe o imposto do consumidor e paga para o Governo. No fim, a corda estoura do lado do mais fraco, e o mais fraco é, no caso concreto, o usuário de transporte coletivo, que asfixiadamente paga uma tarifa que ele julga que é cara e que eu digo que poderia ser bem mais barata, se houvesse uma forma mais inteligente de financiar a operação do sistema aqui em Porto Alegre, como já está ocorrendo em algumas cidades brasileiras. E isso não tem mistério! A forma que está sendo encontrada em São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro para manter uma tarifa mais baixa é o subsídio. Não há outra maneira de ser! Na França, um subsídio complicado por vários sistemas, mas em Paris é subsidiado o transporte coletivo, em Madri, em Barcelona, em Lisboa, no mundo inteiro. Nós aqui teríamos que ter, na ausência de outra solução, que eu não diviso, e eu não sou nenhum visionário, a ausência de outra solução teríamos que fazer com o conjunto o que hoje é parcialmente feito com a Companhia Carris Porto-Alegrense. Por isso, com toda a tranquilidade, no

momento em que se festeja a licitação que é reaberta a partir de hoje, eu não me incluo entre aqueles que festejam porque entendo, Ver. Cecchim, que perdura o problema na sua raiz, na sua base. Quem vai pagar o custo de tudo isso? Que o povo merece ter um bom coletivo, não há dúvida alguma; que o povo tenha que suportar o seu uso, ainda que discutindo se admite, mas o povo não pode pagar pelo que usa e pelo que os outros usam também, porque aí é cruel, é injusto, é incorreto e deveria ter sido objeto de um estudo nesse período em que se pretende modificar estruturalmente o sistema de transporte coletivo na Cidade. É por essa razão, Sr. Presidente, não é por outra razão que venho à tribuna, no dia de hoje, dizer que não estou festejando a licitação aberta. Não sou daqueles que estão a passar para a população que essa licitação, ao final e ao cabo, vai resultar nos benefícios que alguém imagina. Aliás, grande parte dos que pediam a licitação são os mesmos que pediam a estatização do transporte coletivo na Cidade, mas como fazer uma licitação e ao mesmo tempo, Ver. Cassio, promovermos a estatização? São impossíveis essas situações. Nesse conjunto de incoerências sobressai, a meu juízo, essa circunstância toda especial. Eu sei o custo do meu pronunciamento, sei que será dito que vim à tribuna para defender os empresários, sei que será dito que sou comprometido com aqueles que operam o transporte de Porto Alegre legitimamente porque detêm essa delegação há mais tempo. Assumo o risco, e tenho a consciência de que o meu pronunciamento, Ver.^a Mônica, tem base na seriedade do exame aprofundado de uma realidade de quem, inclusive – e o Ver. Villela conhece bem isso –, conheceu no passado o pavor que foi o transporte público estatizado na cidade de Porto Alegre, o caos que era o atendimento à população. Por conhecer tudo isso, Ver. Nereu, eu acho que é do meu dever, eu que tenho quase 75 anos de idade, nessa hora em que tudo é expectativa de que algo de muito bom possa surgir, tudo é festejo, dizer, antes que aconteça, que eu não me incluo entre os que estão festejando. Tenho sérias dúvidas, e em muitos casos, Ver. Manfro, até certeza de que a coisa não terminará do jeito que alguns sonham que possa terminar, muito antes pelo contrário, maus momentos estou preconizando, maus momentos, com certeza, haverão de surgir, e tenho expectativa de que não sejam os piores possíveis, mas, com toda a razão, não haverão de ser os melhores. Aqueles que irão realizar a utopia de alguns, de achar que em Porto Alegre é possível ter um transporte público bom, barato, e, se possível, de graça, saibam que alguém tem que pagar o custo de toda essa festa. Que não seja o povo, que não seja o

usuário, é este o meu desejo, que, lamentavelmente, na atual circunstância, e dentro da lógica predominante, não irá acontecer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Alberto Kopittke, na condição de Vice-Líder da Bancada do PT e nos termos do art. 218, § 6º do Regimento, solicita Licença para Tratamento de Saúde para o Ver. Engº Comassetto no período de 22 a 25 de setembro de 2014.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Marcelo Sgarbossa.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver. Mauro Pinheiro. Homenageio e agradeço ao Ver. Marcelo Sgarbossa porque acho que, Ver. Alberto Kopittke, esse tempo nos permite, e a nossa Bancada precisa utilizá-lo, responder a uma reação desproporcionalmente contundente da Ver.^a Mônica em relação à retrospectiva que fiz aqui da TVE e FM Cultura. Compreendo sua indignação, V. Exa. era Secretária de Cultura, não sei se à época a Fundação Piratini era ligada à Cultura, mas a bem da verdade o que foi dito aqui, por mim, não foi invenção minha, nós tivemos nesta Casa, na Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Juventude, algumas vezes, o Sindicato dos Jornalistas, em Tribuna Popular, durante o Governo Yeda, pedindo socorro pela Fundação Piratini. É lamentável que se venha aqui dizer que o PT tem a arrogância de dizer que tudo começou com ele. Não, não tentem nos enquadrar numa forma de preconceito, numa forma de arrogância que não é a nossa marca. Nós temos a humildade de dizer que não fizemos tudo, que muito devemos ainda a um Estado que era completamente dilapidado, que tinha demandas sociais importantes reprimidas, bem como de comunicação, de democratização. Então, quem veio aqui pedir socorro foram os funcionários, foi o conselho deliberativo, que perdeu o presidente. De fato, se não tivesse sido feita a troca do sistema analógico para o sistema digital, que o nosso Governo fez nos últimos quatro anos, nós teríamos perdido qualquer capacidade de incidir sobre a comunicação pública deste Estado. Então, os R\$ 14 milhões que foram investidos na Fundação Piratini permitiram a atualização dos equipamentos de captação em eletrônica e de edição, antes completamente obsoletos. Em 2014, está entrando em funcionamento o novo transmissor

de 10 kbytes da FM Cultura. Ao completar 25 anos, Ver. Kopittke, a nossa FM Cultura chega a 70 cidades. E a TVE, que não tinha condições de fazer programa ao vivo, tem programas como o Frente a Frente, que fez história com o programa Pandorga, que é um programa infantil reconhecido. A TVE tinha só cinco retransmissoras funcionando, hoje tem 40. E o bonito de saber é que ela é a segunda emissora em cobertura no Rio Grande do Sul. Temos que dizer que o prédio da Fundação Piratini não tinha previsão de renovação, uma vez que o Governo Estadual anterior não tinha interesse em renovar o aluguel, a cedência. Era um prédio do INSS, e quem o adquiriu foi a Empresa Brasileira de Comunicações, que se conveniu com a Fundação Piratini. Isso foi resolvido pelo nosso Governo, que prioriza a comunicação pública. Essa é a verdade.

O Sr. Alberto Kopittke: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Sofia, este tema que a senhora traz no dia hoje, na sua fala de Liderança – e agora dá prosseguimento –, sobre a reconstrução da TV pública dos gaúchos e gaúchas, é da mais alta importância, porque no Governo anterior... Eu até estranhei muito a fala que lhe antecedeu, porque a Secretaria da Cultura tinha aberto mão da TV Piratini e tinha passado para a Secretaria de Comunicação do Palácio, para atrelá-lo diretamente. Inclusive, essa é uma fala recorrente que a própria ex-Secretária faz. E todos nós sabemos dos movimentos que houve, por parte dos servidores, contra a privatização da TVE. Alguns sonham que uma determinada rede de comunicação – que já elegeu Governadores, dois de seus ex-funcionários – reine sozinha pelo Rio Grande e possa falar somente a sua vontade, a sua voz. Infelizmente, nós temos, para encerrar, aqui no nosso País e no nosso Estado, talvez o maior monopólio da informação do mundo. Os gaúchos têm que sucumbir a uma única rede de comunicação, que é dona de mais de 20 rádios, de mais de seis jornais, de Internet. E algumas pessoas que acham isso normal dizem defender a democracia, que pressupõe a pluralidade de opinião. Então, a senhora traz um tema, realmente, de fundamental importância e não estranhe que algumas pessoas tenham se demonstrado tão raivosas, porque este é um tema muito importante para elas: defender o monopólio de uma determinada rede privada de comunicação.

A Sra. Mônica Leal: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Sofia, não se trata de ser raivosa ou destemperada, não sei quais são os termos que usaram, e,

sim, de justiça. A TVE não ficou comigo, realmente, quando então fui Secretária – aliás, por minha vontade, porque eu não quis ficar com ela na Secretaria Municipal da Cultura –, mas não quer dizer, não se trata, de forma alguma... É necessário ser justa, vou ler para a senhora o dossiê que tenho, para, definitivamente, ficar certo isto. “O esforço dos técnicos, ao longo de 2009, garantiram a recuperação dos caros equipamentos de iluminação de estúdios, que estavam guardados, até sucateados, que inviabilizavam a execução de novos programas em cenário, bem como o restauro de um complexo estúdio de gravação, simplesmente reunindo equipamentos que estavam esquecidos. A rádio passou, então, a contar com dois estúdios. Na área de tecnologia, através de parcerias, a TVE viabilizou a instalação da nova antena, buscando ampliação e melhoria da cobertura do Canal 7 na Capital e na Região Metropolitana.” Palavras do Presidente Ricardo Azeredo. O que é correto tem que ser dito; nós não podemos, agora, simplesmente apagar o que foi feito. A TVE teve, sim, grandes avanços, aliás, como toda a Cultura teve, e acredito que vocês, que o partido da senhora e do Ver. Kopittke estão usufruindo e muito desses investimentos, desse trabalho dedicado aos funcionários.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vou concordar com o tema da dedicação dos funcionários. Lá na TVE tem histórias de vida de 30 anos, 40 anos, de pessoas que atuam na Fundação Piratini. No entanto, nos temos divergências na situação da Fundação – eu assino embaixo do que disse o Ver. Kopittke –, nós não aceitamos que a TVE e a Rádio FM Cultura estivessem quase por fechar, por absoluta falta de contratação de pessoal. O jornal da TVE, no início de 2011, estava com uma edição por dia, de 15 minutos; hoje tem duas edições diárias de 15 a 30 minutos. A Rádio FM Cultura, imaginem os senhores, transmitia 5 horas, ao vivo, por dia; hoje transmite, Ver. Kopittke, 16 horas ao vivo – de 5 passou para 16. Elas só repetiam coisas. E o pavor dos funcionários é que perderiam, inclusive, todo acervo, porque sequer conservação havia.

Eu vou afirmar aqui, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, que longe de sermos arrogantes, Ver. Brasinha, um Partido que investe em educação, em cultura e informação plural é um partido que não quer um povo ignorante, alienado, “militonto”, ou seja, que seja simplesmente manipulado por governos de ocasião. Esta eleição é a primeira eleição em que nós teremos maior número de votantes de ensino superior do que de analfabetos. Nós estamos investindo, o Brasil está investindo pesadamente em

educação e também na Rede Brasil de Televisão, na rede pública de comunicação, com o conselho legislativo, com representação da sociedade. Não se trata de transformar em canal de transmissão dos governos, de determinados governos, e, sim, de comunicação pública, realizada por competência técnica, com pluralidade de ideias e dedicada à cultura brasileira, à expressão do Brasil. A nova rede brasileira que está estruturada tem de transformar-se em um potente canal de manifestação da cidadania brasileira, assim como nós fizemos com a Fundação Piratini, de quem vocês vão ouvir falar aqui. Muitas vezes o Governo Municipal coloca recursos na Fundação Piratini. E eu escuto programas que valorizam muito as ações do Governo Municipal, do Governo Fortunati e Melo, e penso: que vontade de fazer um contraponto! Porque parece uma valorização que não corresponde à crítica que nós vemos. A TV Piratini é plural, ela trabalha de forma a garantir a manifestação de todos os Governos.

Outra dimensão importante que temos que tratar aqui é que retomamos, na Comissão de Educação, a pedido da Assecom, da Associação de Comunicação da Prefeitura de Porto Alegre, o debate sobre o Conselho de Comunicação de Porto Alegre. Nós já tivemos nesta Casa um projeto de lei que iniciou a tramitação, e o Governo Fogaça o retirou quando assumiu. Ele foi retirado pelo Executivo e nunca mais foi retomado esse debate, aqui em Porto Alegre, do Conselho Municipal de Comunicação Pública. Nós queríamos que o Canal Cidadania, que as novas possibilidades de canais públicos possam atender a esta Câmara, à Cidade de Porto Alegre, à Prefeitura de Porto Alegre, para a população assistir ao vivo e não apenas em canal pago o que os senhores Vereadores pensam, o que eles decidem. Mas para isso o Conselho de Comunicação precisa ser regularizado. Então, tem um processo de formação do Fórum Municipal de Democratização da Comunicação, a nossa Comissão de Educação acolheu isso, e nós queremos, aqui, na cidade de Porto Alegre, fazer o nosso papel. Esta concentração da formação de opinião pública, de domínio de apenas algumas empresas no País, com meia dúzia de empresas dominando dez rádios, não sei quantas televisões, jornais e redes, é um absurdo para a democracia brasileira. É inaceitável! São concessões que surgiram e foram articuladas a partir da ditadura militar, num processo de não participação; é lamentável, porque só na pluralidade – e nós sabemos disso nesta Casa – é que se produzem sínteses melhores. Enquanto nós tivermos um domínio do poder econômico sobre a produção da mídia

brasileira, nós não vamos enfrentar os graves problemas que este Brasil não consegue superar.

Tantas vezes se fala aqui de segurança, se fala na necessidade e na dificuldade da segurança, que hoje é, talvez, o principal nó do povo brasileiro, e que não é de uma solução simples; não existe solução simples, não há cadeias suficientes para prender bandidos. O que nós precisamos produzir, em larga escala, são novas gerações vinculadas aos valores de vida, aos valores de igualdade, a valores democráticos e não autoritários, a valores libertários, a valores de tolerância e de solidariedade. Infelizmente, essa concentração da mídia na mão do poder econômico, na mão das famílias, está a serviço da produção da violência, está a serviço de consumidores, está a serviço da produção de valores individualistas, de valores meritocráticos. Isso produz desagregação social, isto produz homens e mulheres que não conseguem resolver seus conflitos de outra maneira senão com a violência. E essa produção do ser humano brasileiro, do cidadão, do homem, da mulher brasileira, em grande escala, é responsabilidade da grande mídia, da concentração da grande mídia. Então, toda força à comunicação pública, e rumo à democratização da mídia no País. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): (16h34min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O Sr. Alceu Brasinha (Requerimento): Sr. Presidente, requero o adiamento do PLL nº 153/13 por uma Sessão, pois o autor, Ver. Elizandro Sabino, está em representação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento do Ver. Alceu Brasinha. (Pausa.) Os Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Alberto Kopittke (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que o PLCL nº 001/14 seja votado em segundo lugar.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Alberto Kopittke. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. João Carlos Nedel (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que o PLL nº 091/14 seja votado em terceiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Nereu D'Avila, o PLCL nº 019/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 5 votos **SIM**; 8 **NÃO**; 5 **ABSTENÇÕES**. Não há quórum.

(16h42min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA

A Ver^a. Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; quero até agradecer aos Vereadores que se mobilizaram e tiraram o quorum, porque a proposição da Ver.^a Lourdes merece um debate um pouquinho melhor. Eu vou falar sobre os projetos que estão em Pauta e não devo falar do que não está em Pauta.

Ver. Mario Fraga, nós estamos solicitando que projetos que estão em tramitação possam ser votados. Há um projeto importantíssimo dos funcionários da FASC, os quais aguardam a votação, que é sobre o enquadramento deles, finalmente, no regime de plantões do restante dos funcionários da Prefeitura de Porto Alegre. Queremos ver se votamos esse projeto na quarta-feira. Combinei com o Ver. Mario Fraga para que peça o art. 81, para que nós possamos resolver o esquema e finalmente corrigir uma injustiça: os funcionários que trabalham na FASC por plantão não têm garantido a sua hora extra e as folgas, conforme os demais funcionários. Essa Pauta que veio para cá na discussão da FASC, foi, muitas vezes, para a Mesa de negociações durante a greve do funcionalismo.

Nós esperamos resolver, finalmente, uma das promessas, uma das conquistas da Mesa de negociação que nós queremos consagrar; e o projeto de lei do Executivo está aí e está pronto para ser votado. Espero que o Ver. Mario Fraga, como Líder, assine hoje o art. 81 para que nós possamos votar na quarta-feira.

Ver. Mauro Pinheiro, eu também quero comentar aqui os projeto em tramitação. Quero agradecer, de novo, ao Marcelo Sgarbossa – podemos fazer um bom debate nos 15 minutos do Grande Expediente – que está aqui com um projeto, de novo, sobre o tema das ciclovias: inclui a construção, a reforma e a manutenção de estruturas físicas para a prática de esporte com bicicleta no rol em que deverá ser aplicado, no mínimo, 20% do montante arrecadado com multas de trânsito. O Ver. Marcelo volta com o tema da importância de que as multas de trânsito não sejam usadas apenas nas atuais sinalizas, nas atuais faixas de segurança, mas sejam para transição para um sistema mais humanizado, mais diversificado de mobilidade urbana. Acho que essa é uma visão estratégica, porque aplicar multas para apenas fazer a manutenção do que está aí, nós teremos mais violência, continuaremos com os mesmos cidadãos cometendo infrações, porque não há educação para o trânsito e não há a migração para outros módulos que possam humanizar o nosso trânsito.

Da mesma maneira, o Ver. Kopittke quer garantir a qualidade das bicicletas que estão para aluguel, que, imediatamente, sejam recuperadas quando estiverem depredadas ou com falta de equipamentos. Esta Vereadora tem um projeto de lei em tramitação que determina que a Bike Poa destine vagas para estacionamento de bicicletas, e o projeto está ainda na redação inicial para ser apregoadado. Nós queremos que a Bike Poa não só mantenha as bicicletas inteiras, em plenas condições, mas que também forneça capacetes para que os ciclistas possam andar protegidos, e que mantenha lugares seguros para estacionar as bicicletas privadas, pois existe uma falta muito grande na Cidade hoje de lugares seguros e destinados a esse tema. Assim os ciclistas poderão utilizar mais frequentemente a bicicleta e a guardarem com segurança.

Todos são projetos que estimulam o uso da bicicleta, o transporte alternativo, o uso das vias públicas para a prática de esportes. Nós sabemos que, nos finais de semana, quando se fecha a Av. Edvaldo Pereira Paiva para a prática de esportes, temos *roller*, *skate*, bicicleta, caminhantes, pessoas fazendo corridas, atividades físicas – que beleza! As

peças estão procurando espaços abertos para atividade física, e isso é bom para a Cidade, para a cidadania e é bom para a saúde física e mental da população.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Srs. Vereadores, colegas, funcionários desta Casa, senhores e senhoras aqui presentes e que acompanham a Sessão pela TV Câmara; primeiramente, eu gostaria de saudar aqui os jovens novos Vereadores, dando uma renovada por alguns dias, que são: o colega policial Claudio Conceição, do DEM; o amigo Rodrigo Maroni, do PCdoB; Pablo Ribeiro, do PMDB; e o nosso querido João Ezequiel, do PSOL. Saúdo, também, o representante do Conselho da Escola de Samba Imperadores, meu querido Leandro, o “mar vermelho e branco”. E que bom que a querida colega Ver.^a Sofia Cavedon ressaltou o espaço público tomado pela comunidade, na Av. Edvaldo Pereira Paiva. Quando a avenida foi construída pelo Governo do PDT, do Prefeito Collares, o seu Partido se deitava na avenida, junto com alguns ambientalistas, para que não saísse aquela estrada, e hoje é tomada pela comunidade para mais um espaço de lazer. É importante rever essas ações, às vezes, só ideológicas, e não em favor da comunidade, porque no futuro, às vezes, a gente tem que se dobrar para esse tipo de ação.

Eu tenho uma outra preocupação. Vou falar aqui sobre o meu projeto que obriga estabelecimentos comerciais, supermercados, com mais de três caixas – ou seja, não são aqueles minimercados da periferia, porque aqueles não têm condições –, a terem prateleiras com produtos direcionados a pessoas com diabetes. Para quem não sabe, Porto Alegre é a terceira capital do País com maior índice de diabetes, ficando atrás só de Fortaleza e Vitória. Portanto, é criar esse espaço. E nós já temos, na Lei Maior, que o Município é encarregado deste tipo de ação e legislação. Então, é firmar essa obrigatoriedade, porque, infelizmente, tem crescido o número de pessoas com diabetes. Estamos criando esse projeto, firmando que todos os estabelecimentos um pouco maiores – e o Mauro sabe disso porque é supermercadista – tenham um espaço especial para esses produtos, porque, muitas vezes, vamos a um local e não sabemos quais são

os produtos diretamente direcionados a pessoas com diabetes. É também uma situação educacional, para que amanhã possamos enfrentar essa doença.

Finalizando, é uma questão que não é concreta, mas que me choca num sentido. Eu sou um defensor dos espaços públicos que foram retirados de nós, negros, alguns espaços que deveriam estar aqui, na Cidade, no Centro, como o desfile do Carnaval; clubes antigos, como o Democratas, o Floresta Aurora. Agora estou vendo a Quadra da Restinga com a possibilidade de ser vendida para um comerciante, e, aí, derrubam todas as minhas defesas aqui. Isso comprova que, às vezes, não é só o poder imobiliário, mas também a má administração. Espero que não, porque conheço o Preto e a administração, o Conselho da Restinga, porque já ouvi falar até que esse valor comercializado, negociado vai para dentro de campanha de partidos políticos. Ver. Ezequiel, vai para dentro de campanha de gente que está concorrendo agora, que tem uma ligação estrita com a Direção daquela entidade. Espero que não. Eu tenho certeza que não, porque confio muito no Preto, mas, se for, terá aqui alguém que vai bater contra, que vai bater muito contra, porque a Tinga não merece. Tinga, teu povo te ama!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, a Pauta de hoje contempla com muita ênfase assuntos vinculados ao Plano Cicloviário.

O PLL nº 354/13, de autoria do Ver. Alberto Kopittke, estabelece a obrigatoriedade da substituição imediata das bicicletas do Sistema Bike Poa do Município de Porto Alegre em caso de avaria ocorrida durante o processo de locação.

Há projeto do Vereador que mais tem se ocupado das ciclovias, que é o Ver. Marcelo Sgarbossa, que propõe o PLCL nº 017/14, que “altera o § 2º do art. 32 da Lei Complementar nº 626, de 15 de julho de 2009 – que institui o Plano Diretor Cicloviário Integrado e dá outras providências –, alterada pela Lei Complementar nº 710, de 18 de fevereiro de 2013, incluindo a construção, a reforma e a manutenção de estruturas físicas para a prática de esporte com bicicleta no rol em que deverá ser aplicado, no mínimo, 20% do montante arrecadado com multas de trânsito”. No meu entender, Srs.

Vereadores, essa proposta nada mais é do que a reedição de proposta que foi objeto de grande discussão aqui na Casa, inclusive na própria Lei que agora se pretende modificar, na qual se demonstrou a inconveniência da limitação de valores para utilização na atividade cicloviária, de valores condicionados à aplicação das multas. Da sociedade, em geral, há uma reação muito forte a respeito da famosa indústria da multa. Isto é, aquela multa que, alegadamente, é feita com o propósito corretivo, educacional e que, no fundo, é arrecadatário. Longe de eu querer afirmar que essa seja a pretensão do autor, mas, de certa maneira, fortalece a ideia de que, quanto mais multas, é melhor para o Poder Executivo. Isso estimula, inclusive, a multa pela multa e reduz, consideravelmente, o trabalho da educação, que, seguramente, é o que deve acontecer. Mudar o Plano Cicloviário da Cidade nessa altura eu acho que é plenamente admissível, Ver.^a Mônica. Nós mesmos anunciamos, agora, o que já temos dito anteriormente: muito provavelmente, um estudo que alguns técnicos vêm realizando para nós desemboque num projeto de lei que eventualmente vimos a propor, alterando várias disposições do Plano Cicloviário, entre as quais, por exemplo, aquela determinação legal de se construir uma ciclovia na Av. Assis Brasil, especialmente no trecho entre o Viaduto da Volta do Guerino com o entroncamento entre as Av. Assis Brasil e Av. Baltazar de Oliveira Garcia. Só quem mora naquele lado da Cidade sabe da inviabilidade de, já na escassa pista de rolamento que existe na Av. Assis Brasil, retirar uma delas para colocar uma ciclovia. É absolutamente impensável! Se se quer fazer uma ciclovia na Zona Norte, tem que pensar em outra alternativa, que pode a Av. Grécia, pode ser qualquer outra, mas nunca imaginar que é possível nesse trecho se colocar mais uma ciclovia.

Por isso eu acho que a discussão em torno dos projetos cicloviários vai continuar, Ver. Cleiton, sendo muito candente aqui na Casa. Ninguém é contra a utilização da bicicleta, todos nós estimulamos o uso da bicicleta, mas querer eleger, neste momento, a bicicleta como uma alternativa objetiva, como um modal de transporte coletivo, convenhamos, é um sonho, é um devaneio que não pode ser sustentado com racionalidade. A própria topografia da cidade de Porto Alegre obsta que possa haver um deslocamento permanente de forma vertical entre os vários usuários por via da bicicleta; Porto Alegre não é Roma, não está construída em cima de sete colinas, mas de várias colinas que compõem o nosso bloco residencial desde aqui da ilha, do istmo, do Gasômetro até os confins da nossa Cidade, com o Lami de um lado e, de outro, a Vila Nova Gleba, no

Sarandi, enfim, São Borja e assim por diante. Concluo, Sr. Presidente, dizendo que voltarei a esses temas. Acho que há uma proposta para discussão política, acho que ele quer desencadear uma discussão política, e, com isso, nós vamos dizer “presente” e participaremos da discussão.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. João Ezequiel está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. JOÃO EZEQUIEL: Boa tarde, Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; boa tarde, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Em primeiro lugar, quero dizer que eu estou no meu quarto exercício enquanto Vereador da Capital substituindo a nossa combativa Ver.^a Fernanda Melchionna, que se encontra em Licença para Tratamento de Interesses. Gostaria de dizer ao Ver. Delegado Cleiton que o PSOL é favorável, sim, ao seu projeto que obriga estabelecimentos que comercializem gêneros alimentícios a estipular um setor no estabelecimento que exponha esses alimentos dirigidos à população que tem diabetes. Nós, do PSOL, somos favoráveis a todo projeto que venha beneficiar a população, embora tenhamos divergências políticas e pensamentos ideológicos bastante distintos. Mas é uma boa iniciativa do Ver. Delegado Cleiton em relação à saúde na Capital. E quero dizer, Vereador, que a saúde continua gritando na cidade de Porto Alegre. Eu insisto aqui em trazer o tema, já lincando ao seu projeto, no sentido de que precisamos ter, de fato, uma atenção maior para a saúde. Não é à toa, Vereador, que a diabetes em Porto Alegre é uma das maiores incidências no País em termos de capital. Nós queremos dizer que o seu projeto é importante, mas precisamos ainda avançar mais. Por exemplo, a Prefeitura de Porto Alegre tem que convocar imediatamente aqueles aprovados no Concurso 470, de 2011, são mais de dois mil aprovados no cargo de Enfermagem. E, por outro lado, continua a Emergência do Hospital Presidente Vargas fechada, por conta de falta de profissionais de Enfermagem. Quero dizer que o tema da saúde é um tema muito mais amplo, temos que debater constantemente, mas é necessário que a gente também reivindique, peça, emparede a Prefeitura de Porto Alegre e a Secretaria Municipal da Saúde no sentido de um maior respeito pela saúde em Porto Alegre – tem que tratar a saúde com maior respeito. Não é possível que o Secretário Municipal da Saúde vá para a

pág. 42

mídia dizer que a saúde está melhorando já que a gente sabe que há um compromisso da Prefeitura e da Secretaria Municipal da Saúde, por exemplo, em abrir os postos até as 22 horas. Esse compromisso foi firmado e aprovado nesta Casa parece-me que no ano passado; já passaram mais de 12 meses, 14 meses, e ainda não colocaram em prática a abertura desses postos até as 22 horas. Não estou falando de pouca coisa! Estou falando de postos de saúde dentro das vilas, onde a população, muitas vezes, porque trabalha o dia inteiro, chega em casa, a mãe de família, o pai de família, vê seu filho ardendo em febre, vê o seu filho numa crise de vômito e vai levar para onde se as Emergências estão super lotadas? Levar para o Hospital Presidente Vargas não dá, a Emergência está fechada! Levar para o Pronto Atendimento da Vila Cruzeiro do Sul não dá, porque está super lotado. Mas por que há esse caos na saúde? Há esse caos na saúde porque existem mais de 2 mil aprovados que não são convocados.

Quero dizer que tivemos, há cerca de duas semanas, uma audiência na COSMAM, em que esteve presente o Secretário Municipal Adjunto Jorge Cuty. Na ocasião, esteve presente também uma representante da SMA, e o Governo firmou o compromisso de transformação de mais 39 cargos de auxiliar de enfermagem em técnico de enfermagem, comprometeu-se também de convocar imediatamente os 20 que já foram aprovados aqui na Câmara, somando um total de 59 cargos. Estamos aguardando, Sr. Prefeito e Sr. Secretário Municipal da Saúde, quando vocês convocarão esses aprovados. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Cumprimos com toda nossa agenda para o dia de hoje. Muito obrigado a todos os Vereadores. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h06min.)